

## ASPECTOS DA FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO ATRAVÉS DE ESCRITOS NOBREGUENSES.

No acêrvo de documento relativos ao Brasil do Arquivo Romano da Companhia de Jesús, vamos encontrar trecho inédito “de una (carta) del Padre Nobrega para el Padre Luiz Gonzalves, de San Vicente a XII de Junio de 1553” (1), carta porventura escrita em português e vertida para o espanhol, donde novamente a traduziremos. As notícias que ela contém não são inéditas, pois aparecem em carta publicada pelo Padre Serafim Leite S. J., no volume *Novas cartas jesuíticas*, São Paulo, 1940, págs. 39-50.

Em nota escreve aí o mesmo autor:

“Poucas fôlhas antes, 93v-94 [no citado códice do Arquivo Romano], depara-se-nos um trecho desta mesma carta, na mesma lingua [castelhana]. Lê-se na primeira: “Despues de partida *daqui* la armada day a pocos dias llegaron *unos* hombres que eran idos *ala* tierra firme”. Diz a segunda: “Despues de partida *de aqui* la armada day a pocos dias llegaron *muchos* hombres que eran idos por la tierra *dentro*”. Estas e outras diversidades não se justificam senão admitindo que são traduções diferentes dum mesmo original, em português, escrito por Nóbrega” (2).

\*

Eis o trecho supramencionado:

“No campo, daqui a 12 léguas, se querem ajuntar em um três lugares dêstes índios, para melhor aprenderem a doutrina e mostram grande fervor e desejo de serem ensinados e de se lhes pregar a fé de Cristo Nosso Senhor. Com êles gastaremos o tempo, até vir o Irmão Correia da Bahia, para entrar pela terra a dentro.

Nesta casa se tem feito muito fruto na gente da terra, a saber: filhos e filhas dos cristãos, mamelucos. E

(1). — A. S. J. R., *Bras.* 3 (1), 93v-94. Para a data, cf. S. Leite S. J., *Páginas de História do Brasil*, 121.

(2). — *Novas C. J.*, 39, n. 14.

com os escravos há grande fervor nas confissões: muitos vêm chorando, pedindo confissão e com grande dor de não saberem confessar. Todos sabem a doutrina e melhor que muitos cristãos velhos de nação. Casam-se muitos escravos que estavam em pecado; outros se apartam. Muitos se disciplinam com tão grande fervor, que põem confusão aos brancos.

Em casa têm os meninos seus exercícios ordenados. Aprendem a ler e escrever; vão muito adianté. E alguns a cantar. E outros de melhor engenho aprendem a gramática. Cremos que virão êstes a ser verdadeiros operários, pela muita esperança que dão seus princípios.

Depois de partida de cá a armada, daí a poucos dias chegaram muitos homens que eram idos pela terra a dentro, pela noticia do ouro, que se dizia haver lá, onde andaram mais de dois anos.

E nos contaram grandes novas dos Gentios que não comem carne humana e, se tomam seus contrários (os quais fazem muito mal e os comem), não os matam, nem comem, antes os tratam muito bem e lhes dizem como ouçam comer sua semelhança. Têm grandes povoados e têm um Principal, ao qual todos obedecem. Êste reparte as mulheres aos outros. E cada dia antemanhã, de uma parte alta, manda a cada casa o que há de fazer aquêle dia. E lhes diz que hão de viver em comunidade. São lavradores que fazem mantimento.

E porque dêstes há muitas gerações, uma delas que está mais perto das Amazonas, tem guerra com elas. E são estas Amazonas muito guerreiras; vêm à guerra contra êles e dos mais esforçados que podem tomar, dêstes o concebem. E se parem filho, dão-no ao pai ou o matam, e se filha, criam-na e lhe cortam o seio direito para melhor atirar com o arco. Entre estas Amazonas está a noticia do ouro.

De maneira que o que tenho sabido é que, tirando estas gerações dêstes indios, que habitam perto do mar, de tôdas as outras que estão mais para dentro, mui poucas comem carne humana, a não ser uns homens que andam sempre nos matos e não têm casa e são de todo selvagens. Há muito aparelho para se fazer muito fruto. Eu não sei quais são as cadeias que nos retêm.

Se por êstes Gentios se pudera andar, sem levar ferramenta e resgate, já não esperaríamos tanto. Porque para passar despovoado que há, é mister levar indios guias, que ensinem o caminho e que matem caça e pesquem e tirem mel de paus, porque não há outros mantimentos. E outros para levar cargas e o que havemos de levar para nosso sustento. Os quais não fazem isso, se (não) lhes pagam muito bem, o que nós por nossa pobreza não podemos fazer”.

\*

Examinemos antes de mais nada as condições peculiares de historicidade e autenticidade dêste documento.

Trata-se de transcrição parcial de uma carta de Nóbrega, a que faltam exórdio e conclusão. O breve título explicativo, que a precede, fornece claramente a data: 12 de junho de 1553. E o lugar onde se escreveu: São Vicente. Para que não haja dúvida a respeito dessa data, logo na primeira linha do documento, repetem-se os mesmos algarismos romanos, desta vez referentes a léguas. Que essas léguas são 12 e não 15, afirma-o Nóbrega no documento seguinte, a carta de 15 de junho, publicada pelo Padre Serafim Leite (3).

Se, pois, não houve erro de quem após o título explicativo, o que é sempre admissível, temos que reconhecer que são de fato duas cartas, escritas separadamente por Nóbrega, para aproveitar talvez correios diferentes. Dadas as incertezas da comunicação marítima, multiplicavam-se as missivas para o Velho Mundo, repetindo-se as mesmas notícias, por vêzes com expressões idênticas. Não faltam exemplos disso e abaixo apresentaremos um, que se relaciona com a matéria.

Para essa distinção, existem ainda dois outros motivos. Em primeiro lugar a ordem, em que as notícias aparecem, inverte-se completamente. Em *Novas cartas jesuíticas*, na carta de 15 de junho, as informações curiosas a respeito das populações ameríndias vão de pág. 41 a 43, e só na pág. 44 aparece a informação sobre os índios do planalto, seguidas pelas relativas aos ministérios de São Vicente e ao colégio de catecúmenos de Leonardo Nunes. Um simples tradutor não alteraria assim o texto. Nem se vê por que isto se devesse fazer para fins publicitários ou quaisquer outros.

As modificações, aliás, de fraseado atingem por vêzes a substância da narrativa por omissão ou acréscimo, quanto a circunstâncias todavia muito ligeiras. Diz, por exemplo, o texto publicado: “até vir o Irmão Correia da Bahia, para entrarmos” (4). Aqui se acrescenta: “para entrar pela terra a dentro”. Exclui-se bem mais claramente que a entrada visasse o campo de Piratininga. Falando dos alunos de São Vicente, diz o texto das *Novas cartas jesuíticas*: “cremos que virão êstes a ser os verdadeiros” (5). Aqui: “cremos que virão a ser verdadeiros operários”. A propósito das condições de uma entrada ao interior do Continente, eis o que se lê no texto já publicado: “sem o pagar não o farão” (6). E nesta outra versão: “se não lhes pagam muito bem, o que nós por nossa pobreza não podemos fazer”.

(3). — *Novas C. J.*, 44.

(4). — *Novas C. J.*, 44.

(5). — *Novas C. J.*, 45.

(6). — *Novas C. J.*, 43.

Para a imediata evangelização dos indígenas do Oeste sul-americano, cujas disposições para abraçar o Cristianismo eram notavelmente superiores às dos nossos Tupis do litoral, o grande impedimento para Nóbrega era a carência de recursos materiais para organizar a expedição missionária, através das extensões desérticas. Sem tal dificuldade, “já não esperaríamos tanto”. Não levava então em conta outros obstáculos de ordem legal, como a oposição do Governador do Brasil, julgando, sem dúvida, que tais obstáculos seriam facilmente transpostos, tratando-se de uma questão de tempo. Falharam neste ponto inteiramente as suas previsões. “As cadeias”, que retiveram sempre os catequistas da Companhia de Jesús e que Nóbrega a essa altura não soube definir, foram sobretudo considerações de ordem moral. Sem o atropêlo, parcial ao menos, de tais considerações, teria sido possível mais tarde o movimento das Bandeiras?

Sobre o problema missionário raciocinava com acêrto. A máxima de Tertuliano *anima humana naturaliter christiana* comporta evidentemente êste corolário: quanto mais fiel é o homem à lei natural, tanto mais apto será para a lei sobrenatural revelada pelo Cristianismo.

Enquanto vivessem os aborígenes do Pindorama na sua independência selvagem, sem dar sequer pelo domínio político dos conquistadores lusos — presumidamente cristãos e civilizados —, vivendo, mais que em humana liberdade, acorrentados pelo contrário aos costumes de sua bárbara licença (guerras incessantes, o ideal da vindicta, as abusões feiticistas, a borracheira, a poligamia e o canibalismo, vícios opostos também à lei natural), dificilmente estariam capazes de aceitar a lei do Evangelho. De feras que pareciam — e Nóbrega não lhes regateia epítetos realistas —, cumpria reduzi-los a portar-se como homens. Dêsses homens é que se poderiam fazer cristãos.

A observação feita nos primeiros quatro anos de Brasil, que irá corrigindo aos poucos, como já se pode notar em seu *Diálogo sobre a conversão do Gentio* de entre 1556 e 1560, correção que se acentua, apoiada na experiência, nos escritos de Anchieta provincial, de Cardim, de Pero Rodrigues, de Antônio Vieira e tantos outros, era a êsse tempo desalentadora. Resume assim para Roma, em 1557, o Padre Gonçalves da Câmara o parecer do provincial do Brasil: “os pontos essenciais de que trata... se reduzem a um só: e é que se mandem para lá muitos portugueses que possam fazer guardar as leis da natureza àquêles gentios, porque sem isto trabalham em vão... O exemplo se viu na Bahia” (7).

---

(7). — *Mon. Lainii*, VIII, 407.

Pois bem, fora do Brasil, em territórios que a este se uniam geograficamente, existiam populações muito melhor preparadas para ouvir a pregação da fé. As vagas informações que na Europa teria acaso Nóbrega a tal respeito, se juntavam agora aqui notícias bem mais concretas e animadoras. Sobre o Paraguai lhe falara, desde 1552, Leonardo Nunes (8). Em São Vicente, aonde aportou, princípios de fevereiro, como Tomé de Sousa, ouviria logo mais circunstanciada exposição de um ex-soldado de D. Pedro de Mendonça e Domingos Martinez de Irala, o aventureiro português Antônio Rodrigues. Recebido já na Companhia, após tentativa de viagem para Portugal, escreve este, a mandado do Superior, a sua relação epistolar (9).

A data desse documento “último de maio de 1553” discrimina perfeitamente a chegada de Antônio Rodrigues, em companhia provavelmente desses “muitos homens que eram idos pela terra a dentro... , onde andaram mais de dois anos”, e a vinda de outro grupo, o de Ulrico Schmidel e Rui Diaz Melgarejo, que só atingiram São Vicente no mês de junho (10).

Quanto teria, pois chegado Rodrigues? Poucos dias “depois de partida” de São Vicente a armada do Governador. Ancorava esta na Bahia, de torna-viagem depois de “correr a costa”, a primeiro de maio (11). Podemos fixar portanto a sua partida, pelo mês de março: a 10 desse mês, se já não partira, estava para fazê-lo, como se colige da carta de Nóbrega a Simão Rodrigues (12). Lê-se também na carta de 15 de junho, do mesmo a Luís Gonçalves da Câmara, o seguinte: “e o Governador da Bahia, em vinte dias que aqui está, não pôde fazer quase nada” (13). Erro evidente de transcrição: esteve é como escreveu certamente Nóbrega. Se tomarmos a expressão “vinte dias” ao pé da letra (14), não teria passado Tomé de Sousa em São Vicente senão o mês de fevereiro. Nesse caso a chegada dos entradistas se teria dado no mês de março. São deduções perfeitamente lógicas.

\*

A expedição explorada dos Vicentinos, pouco estudada até hoje, representa, entretanto, pelo tempo que levou (de 1551 a 1553), pelo alvo a que se abalançava (a busca do ouro), pelas in-

(8). — *Novas C. J.*, 135-140.

(9). — S. Leite S. J., *Páginas de História do Brasil*, 117-136.

(10). — *Novas C. J.*, 42, n. 16; S. Leite S. J., *Páginas etc.*, 121, *História*, I, 335.

(11). — *História da Col. Port. do Brasil*, III, 364.

(12). — S. Leite S. J., *Nóbrega e a fundação de São Paulo*, 21.

(13). — *Novas C. J.*, 44.

(14). — Raramente determina o Pe. Nóbrega com exatidão os números que apresenta. Para dar um exemplo: “Quando voltei... desta Capitania de São Vicente, onde residi por três ou quatro anos” (*Novas C. J.*, 105). Residiu de fevereiro de 1553 a maio de 1556, pouco mais de três anos.

formações que trouxe, auspicioso pródromo da fase mais gloriosa do bandeirismo. A vinda nessa comitiva, segundo tôdas as probabilidades, do expedicionário platino e futuro jesuíta, demonstrando o contacto dêsses entradistas do Brasil com os espanhóis do Paraguai, daria margem a uma interrogação arriscada. Ter-se-iam associado a alguma incursão castelhana em direção ao Perú? A viagem redonda até Assunção, escrevia Leonardo Nunes em 1552 (15), podia durar cinco meses e menos do que isso. Ainda é possível que dos arquivos de Assunção e de Sevilha, como já se obteve o nome de não poucos Vicentinos, conhecidos no Paraguai (16), se venha a ter uma resposta a essa interrogação.

Entre as “grandes novas dos Gentios”, ouvidas principalmente de Antônio Rodrigues, está uma que se aplica indiscutivelmente à organização social dos Quíchuas e Aimarás: “Têm grandes povoados e têm um Principal ao qual todos obedecem. Este reparte as mulheres aos outros. E cada dia antemanhã, de uma parte alta, manda a cada casa o que há de fazer aquêle dia. E lhes diz que hão de viver em comunidade. São lavradores e fazem mantimento”. Reflete-se aqui, com a refração natural, dada a distância e as deficiências dos informadores, o regime comunitário de base agrícola entrosado na estrutura socialista do Império dos Incas: o *ayllu*, com seu complemento de administradores, os *curacás* e os *pachacamayus* (17).

A 3 de março de 1545, prestara declaração oficial em Assunção o aventureiro algárvio Fernando Ribeira sôbre a sua excursão aos Xaraies, realizada de fins de 1543 aos primeiros meses do ano seguinte. Os índios lhe haviam garantido, com absoluta unanimidade, a existência, a dez dias de viagem do lugar em que estavam, na direção do noroeste, de mulheres sem maridos, que viviam em grandes cidades e possuíam abundância de metal amarelo. Tinham por chefe uma mulher da mesma nação. Eram guerreiras e temidas pelos outros índios. Os antepassados dêles as tinham visto e êles sabiam disto por informação das nações vizinhas (18).

(15). — *Novas C. J.*, 137.

(16). — Doc. do Arquivo de Índias, publicado por Luís Rubio y Moreno, *apud* Carvalho Franco, *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo*, 24.

(17). — O *ayllu*, segundo C. A. Ugarte, *Historia económica del Peru*, apresenta quatro características principais: a) propriedade coletiva da terra a ser cultivada, dividida em *tupus*, ou lotes individuais; b) propriedade e uso coletivo de águas, pastos e bosques; c) a *minga* ou cooperação no trabalho; d) apropriação individual das colheitas e frutos obtidos. Ver em *A Ordem*, abril de 1935, o artigo de José Pareja y Paz Soldán, *Os Incas*. Não se baseando em concepção materialista, difere essencialmente do comunismo dos nossos dias. V. C. Navarro Lamarca, *Comp. de Hist. Gen. de América*.

(18). — Ternaux, *Voyages, relations etc.*, VI, 460, *apud* Gonçalves Dias, *Amazonas*, R. I. H. G. B., XVIII, 44.

A lenda das Amazonas, espalhada pelos Tupinambás de norte a sul por todo o Brasil (19), espalhou-se entre os Europeus desde a expedição de Orelhana (1541) rio Maranhão abaixo. Graças especialmente à *Relación* do notável dominicano Frei Gaspar de Carbajal, capelão dos expedicionários. Ganhou maior repercussão ainda no século seguinte, com o *Nuevo descubrimiento* do Padre Cristóvão de Acuña S. J. (1640). González de Oviedo, Ulrico Schmidel, Ivo d'Evreux [O. F. M.] Cap.; Cipriano Barace S. J., Raleigh, o Padre Gili, La Condamine e outros concorreram para divulgá-la. Desde o princípio houve quem a impugnasse, ora atribuindo aos índios, ora a Orelhana essa invenção delirante. Alexandre de Humboldt, declarando que "não se devia rejeitar uma tradição tão geral", mas procurar para ela um certo fundamento (20), parece ter indicado a via do bom senso. Nóbrega aceitou-a, como se está vendo.

A explicação mais razoável, que se não abrange todos os aspectos da lenda, se estriba na interpretação crítica dos testemunhos exatos de Frei Gaspar de Carbajal O. P. e de Fernando Ribeiro é a do historiador argentino Henrique de Gandia. E' ainda no Perú, e na instituição das chamadas *Virgens do Sol* e nas casas ou mosteiros das *Mulheres escolhidas*, que teria tido origem, especialmente pela influência do Império dos Incas no vale do Amazonas, êsse mito, autorizado e enfeitado pela cultura clássica, que o tomou da Grécia (21), principalmente através da *História* de Justino. Ao classicismo de sua formação e às tendências de credulidade de sua época pagou também tributo o douto canonista, Padre Manuel da Nóbrega.

\*

"O tempo descobriria a verdade". Assim acaba sentenciosamente Cristóvão de Acuña a sua exposição do que lhe contaram os Tupinambás da grande ilha do rio Amazonas. Falaram também de uns pigmeus do tamanho de criancinhas, os *Guaiacis* e de outros, cujos pés estavam virados para trás, os *Mutaicés*. Nem por isso deixaremos de aceitar tranqüilamente as valiosas informações históricas e geográficas do *Nuevo descubrimiento*. Tampouco iremos pôr em dúvida as outras notícias que nos dá Manuel da Nóbrega na sua carta: os visíveis resultados espirituais do ministério dos jesuítas em São Vicente, principalmente de Leonardo Nunes, que aí não vem mencionado.

(19). — A. Métraux, *La Religion des Tupinamba*, 179; L. da Câmara Cascudo, *Geografia dos Mitos Brasileiros*.

(20). — A. Humboldt, *Recherches philosophiques*, I, 113; II, 112, *apud* Gonçalves Dias, *Op. cit.*

(21). — E. de Gandia, *Historia Crítica de los Mitos de la Conquista de América*, 71-102.

Não se faz referência nessa carta de 12 de junho, ao falar Nóbrega do Colégio de catecúmenos, ao mancebo gramático, desterrado de Coimbra, que, a seu mandado chegou a ensinar latim aos mamelucos de melhor engenho. A informação é da carta imediatamente seguinte, de 15 de junho (22). A tentativa de aproveitar tais rapazes para missionários, quiçá também, se a experiência provasse, aos próprios meninos indígenas, se esclarece em documento seu posterior, em que aduz o exemplo dos calvinistas da Guanabara enviando corumins para Genebra. . . “Eu não pretendia recolher nas casas, senão os de maiores habilidades para lhes ensinar *também latim* e depois de desbastados um pouco, poderem em Espanha aprender letras e virtude, para voltar depois homens de confiança” (23). Essas aulas, aos de melhor engenho, continuou a dá-las Anchieta em Piratininga.

Mas o que mais de perto diz respeito à fundação de São Paulo é o período inicial do trecho, que ora publicamos: “No campo, daqui a 12 léguas, se querem ajuntar em um três lugares destes índios, para melhor aprenderem a doutrina e mostram grande fervor de se lhes pregar a fé. Com êles gastaremos o tempo, até vir o Irmão Correia da Bahia, para entrar pela terra a dentro”. Essa alusão à volta de Pero Correia, estava dentro do plano de o enviar a tomar ordens na Bahia, viajando com Leonardo Nunes, encarregado de trazer de lá para São Vicente o reforço recém-chegado de Portugal. Como se sabe, outra foi a missão de Pero Correia, nesse ano de 1553: preparar, indo adiante, a visita de Nóbrega ao campo de Piratininga e a Maniçoba (24).

Sobre essa entrada de Nóbrega, eis o que narra a *Historia de la fundacion del Collegio del Rio de Henero*: “Neste mesmo tempo, foi o Padre Manuel da Nóbrega, com mais alguns da Companhia a Maniçoba, trinta e cinco léguas pelo sertão a dentro, junto de um rio, donde embarcam para os Carijós. Ali deixou uma casa feita, com alguns da Companhia, onde residiram um ano, fazendo muito fruto entre os índios. E daí se tornaram a São Vicente” (25). A menção explícita do pôrto de embarque para os Carijós, nessa História de 1574, a ausência de qualquer menção sobre Piratininga, o que se verifica igualmente na carta de Pero Correia, do ano de 1554, sobre essa entrada, constituem a interpretação contemporânea da carta de Nóbrega, onde se lê o episódio dos cinquenta catecúmenos.

O veemente desejo que manifestavam os índios do campo de serem catequisados, resultado magnífico de três anos de apostola-

(22). — *Novas C. J.*, 45.

(23). — *Novas C. J.*, 108-109.

(24). — *Novas C. J.*, 170-176.

(25). — *Op. cit.*, 49v, ou *Anais da Bibl. Nac.*, XIX, 125.



do de Leonardo Nunes, e o impulso que os movia a concentrar-se, para êsse efeito, de três tabas numa só, podem tomar-se, não há dúvida, como sinais precursores da fundação de São Paulo. Sem disposições tão favoráveis dos senhores do campo, lá não iria estabelecer-se a 25 de janeiro do ano seguinte, nessa “aldeia nova”, o Colégio de São Paulo, modalidade especial sob que se instalou definitivamente em Piratininga o centro de catequese e de que dependeu finalmente a estabilidade da nova fundação jesuítica.

A frase “com êles gastaremos o tempo, até... entrar pela terra a dentro” evidencia, por outro lado, que a êsse tempo não se havia cristalizado na vontade de Nóbrega a resolução que deu origem a êsse mesmo colégio. Nem sequer a de localizar aí um simples centro de catequese *permanente*. Exclui-se por isso mesmo que tivesse êle dado o impulso inicial para a formação dessa “nova aldeia”. Concordara com isso e agora aplaudia a iniciativa. O que todavia predominava em seu espírito era ainda o plano firmemente assentado em fevereiro e de que dão notícia as suas cartas de 12 dêsse mês e de 10 de março e a de certo irmão anônimo dêsse mesmo dia (26): “ir pela terra dentro entre os gentios” e aí, “cem léguas” de São Vicente e nas vizinhanças do Paraguai, como acreditava, dedicarem-se todos à cristianização dos Carijós, plano que o “Governador estorvou” com grande mágua sua.

\*

Da larga correspondência de Nóbrega, em que trata dessa “empresa do Paraguai”, destacaremos duas missivas, dirigidas ao Padre Miguel de Torres, então provincial da Província portuguesa, uma escrita na Aldeia do Rio Vermelho, em agosto de 1557 (27), outra, escrita do Salvador, logo a 2 de setembro seguinte, e que, embora bem mais extensa, contém entretanto longo trecho comum com a primeira, sempre com algumas variantes (28). Fato a que antes aludíamos e que vem corroborar a possibilidade de idêntica distinção para o trecho da carta de 12 de junho de 1553, que publicamos, em relação à carta de 15 de junho dêsse mesmo ano. Eis o trecho comum, que nos interessa:

“Des que fui entendendo por experiência o pouco que se podia fazer nesta terra na conversão do Gentio, por falta de não serem sujeitos, e ela ser uma maneira de gente de condição mais de feras bravas que de gente racional, ser gente servil que se quer por mêdo, e com juntamente ver a pouca esperança de se a terra senho-

---

(26). — *Novas C. J.*, 35; S. Leite S. J., *Nóbrega e a fundação de São Paulo*, 20-21 e 18.

(27). — *Cartas J.*, I, 169-176; cf. S. Leite S. J., *História*, IX, 10, n. 24.

(28). — *Novas C. J.*, 62-74; cf. S. Leite S. J., IX, 10, n. 25.

rear, e ver a pouca ajuda e os muitos estorvos dos Cristãos destas terras, cujo escândalo e mau exemplo bastara para não se converter, posto que fôra gente de outra qualidade, sempre me disse o coração que devia mandar aos Carijós, os quais estão senhoraeados e sujeitos aos Castelhanos do Paraguai e mui dispostos para se neles frutificar, com outras gerações que também conquistam os Castelhanos, e juntamente com isto fazerem-me de lá instância grande por muitas vêzes, *scilicet*: o Capitão e os principais da terra, tendo todo o favor e ajuda necessária para bem empregar nossos trabalhos, assim entre os Cristãos como Gentios.

Tive também cartas de pessoas que esperavam nossa ida com bons desejos de servirem Nosso Senhor nesta Companhia, de muito boas partes para isso. E com isto ver que a Capitania de São Vicente se vai pouco a pouco despovoando, pela pouca conta e cuidado que El-Rei e Martim Afonso de Sousa têm, e se vão passando ao Paraguai pouco a pouco, e considerar eu os muitos irmãos que há em São Vicente e o pouco que se faz aí, e parecer-me que seria bom ter a Companhia lá um ninho onde se recolhesse, quando de todo São Vicente se despovoasse; ajuntava-se a isso parecer-me que estando lá os da Companhia se apagariam alguns escândalos que os Castelhanos têm dos Portuguezes, e a meu parecer com muita razão, porque usaram mal com uns que vieram a São Vicente, que se perderam de uma armada do Rio da Prata; vivendo eu com êste desêjo, o deixei de pôr por obra, por não ter quem mandar, e algumas vêzes estive determinado de eu mesmo sair a saber o que se poderia fazer.

Nisto chegou o Padre Luís da Grã, o qual desejei muito que fôsse, mas porque o achei de opinião contrária, *acquievi consilio ejus*, e tive o meu espírito por suspeitoso. Depois, vindo eu agora há um ano a esta Bahia, achei cartas do Provincial, o Dr. Torres, em resposta do que sôbre isso lhe tinha escrito. Depois de as ler aos Padres, que aqui estamos, pedi a todos seu parecer, os quais mandei com as cartas ao Padre Luís da Grã, tirando-me a mim a fora, sem dar parecer de sim nem de não, dizendo-lhe que fizesse fazer oração, e aconselhando-se com as cartas, que lhe mandava de Portugal, e com parecer dos padres e irmãos, se lá parecesse bem, entrasse *in nomine Domini*. Agora recebi carta sua em como, feito o que lhe escrevi, todos os padres e irmãos, tirando um só, eram de opinião que fôsem àquela terra, e por isto estava determinado de ir, se o caminho, que aquêle tempo estava perigoso, se assegurasse mais.

O que sempre nos dêteve foi parecer-nos que Sua Alteza poderia ter disto algum desgosto, e esta foi a principal razão que isto estorvou até agora. Se lá o sentirem, podem-no escusar, como lhes parecer melhor. E além de tal ida ser do serviço de Nosso Senhor, convinha para se ordenar cinco ou seis irmãos de São Vicente, com o Bispo que já lá é. E é muito conveniente

ordenarem-se lá, que virem à Bahia, nem o sabemos quando o haverá nesta costa” (29).

Embora não se possa dizer que o estilo de Nóbrega, neste trecho ao menos, prime pela correção e a elegância, não resta dúvida quanto ao sentido do que aí quis dizer: principalmente ao princípio, pouca esperança depositava no resultado das atividades apostólicas dos jesuítas no Brasil. A Capitania de São Vicente, em particular, não oferecia sequer a perspectiva de progresso material. Por isso foi sempre sua intenção, estabelecer no Paraguai um novo centro de atividades. Esta idéia está finalmente para ser executada. Receia alguma reação da parte do Rei (30). O mais curioso é que êsse mesmo trecho, repetido, êle o reproduz segunda vez, com variantes, nos *Apontamentos de coisas do Brasil*, memorial escrito na Bahia, a 8 de maio de 1558, destinado aos superiores da Ordem, de Portugal e de Roma, ao que parece (31). Sinal evidente de que as idéias aí contidas, representavam para Nóbrega, não apenas um sonho passageiro, mas um plano bem amadurecido e que, durante muitos anos, pretendeu tenazmente executar.

Os seis irmãos de São Vicente, destinados, segundo a mente de Nóbrega, a transladar-se ao Paraguai, para lá serem ordenados e darem início em Assunção, alguns dêles pelo menos, à nova casa da Companhia, eram os seguintes: José de Anchieta, Gregório Serão, Manuel de Chaves, Gonçalo de Oliveira, Gaspar Lourenço e Diogo Jácome (32). Com a ida dêles fechar-se-ia, talvez definitivamente, o Colégio de São Paulo. A essa medida, foi mais uma vez contrário o colateral Padre Luís da Grã: iria êle e apenas Manuel de Chaves, os outros continuariam em Piratininga (33). Malogrou-se, ainda desta vez, a expedição jesuítica ao Paraguai, como se sabe. Na consulta reunida, aliás, em Piratininga por Luís da Grã, seguindo as prescrições de Nóbrega, houve também um irmão que deu parecer contrário a essa expedição (34). Fôrça é reconhecer que êsse irmão anônimo foi, com Luís da Grã, quem adivinhou alguma coisa dos planos da Providência sôbre o futuro de São Paulo.

“Algumas vêzes”, diz Nóbrega, “estive determinado de eu mesmo sair”. E’ bem conhecida a tentativa de jornada ao Paraguai no ano de 1555. A chegada de Luís da Grã, a 15 de maio, o fez

(29). — *Cartas J.*, I, 174-175. Modificamos ortografia e pontuação, introduzindo as correções óbvias, sugeridas pelos textos paralelos.

(30). — Essa descrença no futuro da Capitania, êle a manifesta novamente, pouco mais abaixo: “A Capitania de São Vicente, como digo, vai piorando e cada vez as rendas de El-Rei valem menos” (*Novas C. J.*, 70).

(31). — *Novas C. J.*, 85-86; cf. S. Leite S. J., IX, 10, n. 26.

(32). — *Catálogo breves et triennales*, A. S. I. R., Bras. 5, e *Novas C. J.*, 73, onde se fala de Diogo Jácome em São Vicente.

(33). — *Cartas J.*, I, 175-176; *Novas C. J.*, 70.

(34). — *Loc. cit. supra*.

desistir à última hora dessa viagem (35). Em seu *Chronicon Societatis Jesu*, além das cartas ainda hoje existentes no Arquivo Romano da Companhia de Jesús, em grande parte já publicadas, resume também o Padre João de Polanco (1515?-1577) algumas outras atualmente perdidas, ou desconhecidas (36). Entre as novidades de São Vicente do ano de 1554, traz êle essa, até agora não divulgada:

“Assentara o Padre Nóbrega empreender uma longa excursão, que mal se concluiria em um ano, a uma região chamada Arari, em que vivem (segundo referiam certos Portuguezes) povos numerosísimos, grandemente sujeitos à razão e que não comem carne humana. O evento mostrou, porém, não ser esta a vontade de Deus, pois aquêle, que havia de ser o principal instrumento para isso, adoeceu gravemente e, enquanto convalescia, recebeu carta o provincial em que tal excursão se lhe proibia. Aliás o mesmo provincial, esteve, com dores de cólica, a ponto de morrer, mas Deus lhe restituiu a saúde” (37).

Não é fácil localizar essa região de Arari de que nos fala a *Crônica* de Polanco. Crêem os editôres das *Monumenta Historica Societatis Jesu*, que estaria no Perú. E realmente para que nessa viagem se devesse consumir todo um ano, era preciso que êsse lugar visado para têrmo da jornada estivesse a considerável distância (38). Fôsse porém onde fôsse, o certo é que, nesse ano da fundação de São Paulo, o *desideratum* de seu indiscutível zêlo apostólico estava situado centenas de léguas do campo de Piratininga.

Note-se que jamais negamos que dêle tenha partido a decisão autoritativa, pela qual se fundou a 25 de janeiro, na Aldeia de Piratininga, o Colégio de São Paulo. Atraindo para suas imediações, antes e depois da defecção dos indígenas em 1556, a população civilizada, mescla de índios cristãos, mamelucos e portuguezes, foi êste a primeira célula viva dêsse aglomerado demográfico, dêse organismo social que, em 1560, absorveu a vila de Santo André e que, em 1711, adquiriu, por interferência também dos jesuítas, a categoria de cidade (39). O que sustentamos, porque essa

(35). — *Annus da Bibl. Nac.*, XIX, 124-125; *Cartas J.*, III, 479-480.

(36). — Exemplo recente disso é a carta de Anchieta de Piratininga de agosto de 1554, resumida em Polanco, inexistente hoje no Arquivo Romano da Companhia de Jesús, mas achada por Salvador Lopez Herrera no Arquivo da Província de Toledo e apresentada no Congresso de História Comemorativo da Fundação de S<sup>o</sup> Paulo.

(37). — J. Polanco S. J., *Chronicon*, IV, 627, n. 1343.

(38). — *Loc. cit. supra*, nota. Arari seria o atual Rio de San Juan, na Colômbia. Já nos parece demasiado longe. O mesmo vocábulo, se encontra por todo o Brasil; é um rio na Ilha de Marajó (Aires do Casal, *Corografia*, II, 220), uma tribo outrora existente no atual Estação do Rio (*Ibidem*, I, 259; II, 20). Mais conhecida é a terra de Arari ou Rari, não longe de Orobó, no sertão baiano (Capistrano, *Primeira Visitação*, XXIII; cf. S. Leite, S. J., I, 168, 448; II, 160, 184, 186).

(39). — S. Leite S. J., VI, 409.

é a verdade insofismável imposta pelos documentos, é que, para Nóbrega, essa decisão foi uma medida de emergência, que teria de fato revogado em breve, caso se lhe patenteasse o caminho para realizar suas verdadeiras intenções.

E para que não pareça que estamos laborando em puro subjetivismo, vamos juntar aqui os principais textos coevos e que irretorquivelmente demonstram o que acabamos de afirmar.

Escrevendo de São Vicente, a 12 de fevereiro de 1553, expunha Nóbrega claramente o plano, deliberado então, numa primeira consulta: “Apronto-me, com alguns, para assentar daqui a cem léguas [nas proximidades de Assunção, segundo imaginava], onde mais conveniente fôr” (40). A 12 de junho seguinte, eis como se exprimia em relação aos índios de Piratininga: “Com êles gastaremos o tempo, até... entrar pela terra a dentro”. Sôbre os planos do provincial no ano de 1554, Luís da Grã por sua vez escrevia isto: “sua determinação era ter esta casa [da Bahia], por ser cabeça, e a de São Vicente, por ser entrada” [para os Carijós do Guairá] (41).

Anchieta, que já consignara na sua *Quadrimestre de maio a setembro* de 1554 que a principal razão da escolha de Piratininga, para ali se ter fundado a 25 de janeiro a casa dos jesuítas, era constituir êsse local uma etapa no caminho de outras gerações do sertão: “Pareceu... ao Padre... que nos passássemos para esta habitação de índios..., máxime... porque se patenteava por esta parte entrada” [para os Carijós e outras nações] (42), — acrescenta significativamente, a 15 de março de 1555, interpretando, já se vê, o pensamento do superior: “Ocupamo-nos aqui em doutrinar êste povo, não tanto por êste, mas pelo fruto que esperamos de outros, para os quais temos aqui abertas as portas” (43).

Que êsse fôsse o pensamento de Nóbrega, êle mesmo se encarrega de o esclarecer, em carta de São Vicente, dez dias depois, para Santo Inácio: “Ali [em Assunção] é necessário... fazer-se uma grande casa”. E se espraia em justificar e encarecer as razões de seu projeto (44). De outra carta dêsse mesmo ano, provavelmente sua, hoje desaparecida, temos ainda o seguinte resumo, na *Crônica* de Polanco: “Ordenara El-Rei, é certo, que se desse aos Nossos o necessário. O provedor porém da Capitania [de São Vicente], Brás Cubas, não sòmente subtraia, vez por vez, o que deveria dar aos Nossos mas dificultava ordinariamente quanto se referisse ao serviço de Deus e edificação dos próximos. Embora o fizesse ocul-

---

(40). — *Novas C. J.*, 35.

(41). — *Novas C. J.*, 167.

(42). — *Cartas J.*, III, 38.

(43). — *Cartas J.*, III, 79.

(44). — *Novas C. J.*, 59, 60-61.

tamente e, em público, se mostrasse amigo nosso, por temor do povo. De certo modo, pensava Nóbrega, mais convinha renunciar aos nove Cruzados mensais que recebiam: não acreditasse El-Rei que já os tinha provido com abundância, quando o fato era que tão poucos dinheirinhos se pagavam mal e com atraso, sacados quando muito pela metade. Cuidava, por isso mesmo, que se deveriam enviar alguns dos irmãos à Cidade do Paraguai, já que difficilmente se poderiam sustentar aqui de esmolas” (45).

Já vimos o que escreveu duas vèzes em 1557: “sempre me disse o coração que devia mandar aos Carijós”; e ainda: “seria bom ter a Companhia lá [em Assunção] um ninho, onde se recolhesse, quando de todo São Vicente se despovoasse”; idéias que repete num documento da maior importância, como são os *Apointamentos de coisas do Brasil*. Pois bem, neste mesmo documento de 1558, chega a escrever o seguinte: “se isto vai, como atequi, eu sou de voto que será escusado Colégio da Companhia [no Brasil] e deviam nos dar licença para ir ao Perú ou Paraguai, porque nem com Cristãos, nem com Gentios aproveitaremos nada desta maneira. Ou se aqui aportar alguma náu da Índia, passarmo-nos lá...” (46).

No décimo ano de seu apostolado no Brasil — dez anos precisamente evangelizara São Francisco Xaxier o Oriente —, tal era o desalento de Nóbrega com o que via no Brasil, que disposto estaria a sacudir aqui o pó de seus sapatos e a mudar-se, senão para o Paraguai, para o Perú e até para a Índia, expressão geográfica que abrangia, todo o vasto Oriente desde Socotorá até “ainda além da Taprobana”.

Em particular, relativamente à Capitania de São Vicente, eram estas as suas disposições no ano seguinte, quando estava prestes a terminar o seu provincialado: “Aquella Capitania está em grande pendura, e não está em mais que em quererem os índios [isto é, totalmente à mercê deles]. Porque ainda que há muita gente, é tôda triste e desarmada. E agora se lhe acrescentou outra desventura, que são os Franceses. E temo vir alguma triste nova. E estou mui arrependido de não haver já tirado meus irmãos de lá. Porque, segundo me parece mui claro, está aquella terra com a candeia na mão, porque cada vez se lhe acrescenta a desventura e lhe falta o socôrro” (47).

(45). — J. Polanco S. J., *Chronicon*, V, 623, n. 1706. Cremos que é sobre Brás Cubas que se fala em *Cartas Jesuíticas*, III, 470, onde Anchieta refere a completa mudança de certo homem honrado de Santos, que se tornou exemplo para todos.

(46). — *Novas Cartas J.*, 82.

(47). — *Cartas J.*, I, 217-218.

Tudo isso, com imenso respeito e simpatia para com seu antigo superior e mestre, sintetizou Anchieta quando, ao traçar sua magnífica notícia biográfica de Nóbrega, deixou exarado: “para dilatação... (do amor de Deus) e conhecimento de seu nome, todo o Brasil lhe parecia pouco, o qual como dava pouco de si ao princípio, pretendia que fôsse sua fé pregoada por outras regiões, que pareciam dar mais de si. Fazendo porém grande caso do que tinha entre mãos, nisso se empregava todo. E além do principal que era a conversão dos Brasis, em particular acudia a tôdas as necessidades espirituais e temporais dos próximos” (48).

Impossível negar, porém, que durante quase todo o período de seu provincialado, existiu no espírito de Nóbrega uma terrível diátese, entre o que se via obrigado a fazer e o que desejava poder fazer: o ideal em conflito com a realidade. Ideal, que nem sempre se confundiu com os interesses do Brasil. As manifestações dessa dolorosa tortura moral, concorreram, sem dúvida, para que melhorassem, com o tempo, as condições políticas e sociais da colônia. E principalmente para que se assegurasse melhor, de então por diante, o devido concurso do poder civil, para a ingente empreitada missionária da Igreja pela civilização do Brasil (49).

Com o fim de seu mandato, já que em 1559 recebia um successor na pessoa de Luís da Grã, coincide a expansão cada vez mais feliz do excelente governo de Mem de Sá. Com seu ardor inconformado, e o seu saber de amargas experiências feito, assistia-lhe como assessor o próprio Padre Manuel da Nóbrega, conquanto no III governador geral do Brasil reconheçamos assaz personalidade, para o não reduzirmos a um simples caudatário do provincial da Companhia.

Os obstáculos, de que até aí se queixara êste último, foram sendo abatidos uns após outros, pela ação enérgica e prudente do Governador. Domada a rebeldia agressiva dos selvagens, reduziam-se os Brasis aos poucos, não à escravidão, está claro, contra a qual combateram indefesamente os jesuítas, mas ao respeito às leis da razão e ao domínio político de El-Rei. Em 1560, caia, perante a sua constância e o seu valor, a “rochela” de Coligny. Por iniciativa de seus próprios habitantes, relutante embora o alcaide, ao que parece, mas também pela intervenção de Nóbrega, obedecendo agora

---

(48). — *Cartas J.*, III, 469.

(49). — “Esta terra é nossa empresa” dissera Nóbrega em 1549 (*Cartas J.*, 82), mas abrangia na expressão também a terra dos Carijós. Como Estado católico e em virtude especialmente das obrigações contraídas, ao receber os privilégios em matéria eclesiástica, que se conheceram sob o nome de Padroado, cabia a Portugal o dever de prestar tôda espécie de auxílio às missões religiosas da Igreja.

ao novo provincial Luís da Grã, incorporava-se Santo André à Aldeia de São Paulo de Piratininga (50).

O Brasil finalmente ia tomando, aos olhos de seu primeiro apóstolo, os contornos fisionômicos de um organismo político viável, sob as bênçãos do Cristianismo. Numa demonstração de quanto se empenhava pelo nosso futuro — lembra Anchieta — não hesitou Nóbrega então em “dar a sua vida pela de muitos, pondo-a na mão dos Tamoios, confiando muito que a Divina Providência tiraria disso para os Portuguezes e Brasis muito fruto, que depois se seguiu” (51). Inspirado talvez pelo superior, compusera Anchieta a êsse tempo, o poema *De rebus gestis Mendi de Sáa*, onde se lêem êstes versos:

“Dumque per australes Christi celebrabitur oras  
nomen, et Aeterni lexque fidesque Deï,  
Qui tibi succedent insignes fascibus, ibunt  
indeclinato per tua facta pede.  
Vive igitur felix Brasillica regna gubernans  
quamque illi teneant postmodo pande viam,  
Christus ut australi styguim regione tyrannum  
pellat, et imperium vindicet ipse suum” (52).

Pe. HÉLIO ABRANCHES VIOTTI S. J.

(50). — “A petição de seu amigo Nóbrega, e do Padre Luís da Grã”, mudou Mem de Sá para Piratininga a Vila de Santo André (Vasc., *Crônica*, II, n. 84). “A instância dos Padres” diz Anchieta, em carta de São Vicente de 1561, os quais “trabalhavam muito... que se passassem para Piratininga” (*Cartas J.*, III, 170, 171).

(51). — *Cartas J.*, III, 469.

(52). — *De rebus gestis Mendi de Sáa*, vv. 101-108. Assim traduz êstes versos o Padre Armando Cardoso S. J.:

“Enquanto a fé e a lei de Deus e o nome de Cristo forem reverenciados neste hemisfério austral, os sucessores que empunharem o teu bastão glorioso seguirão tua trilha, sem arredar um passo. Vive, pois, feliz, dirigindo êste imenso Brasil, numa estrada de glória que teus vindouros sigam, para que Cristo expulse o tirano infernal destas terras e nelas implante o seu reinado eterno”.